

De volta ao caminho do abismo?

Márcio G. P. Garcia¹

“Em 2002, Lula viu o abismo”, costuma notar um arguto analista da cena econômica. Em junho daquele ano, Lula já havia lido a famosa “Carta ao povo brasileiro”, com a qual tentava se dissociar de posicionamentos econômicos equivocados do passado, sobretudo relativamente ao calote na dívida pública: “*preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos.*”² Apesar da promessa, em outubro de 2002, à medida que se aproximava o segundo turno da que viria a ser a primeira eleição presidencial de Lula (27/10/2002), vivemos então enorme crise financeira. O risco país, hoje pouco acima dos 2%, atingiu quase inacreditáveis 25%. O dólar beirou os R\$4, cotação que atualizada para os dias de hoje dobraria: R\$8 por dólar! Sem dúvida, a visão do abismo.

Não por outra razão, a política econômica dos primeiros anos do governo Lula foi diametralmente oposta ao que o PT costumava defender (por exemplo, o PT foi contra o plano Real³ e a Lei de Responsabilidade Fiscal). E foi a base do enorme sucesso econômico, turbinado pelo super-boom de commodities, que permitiu ao governo Lula expandir as políticas sociais, notadamente o Bolsa-Família.

Vivemos hoje também uma crise econômica. E há importantes lições na crise passada para a presente. Quanto à macroeconomia, havia duas fontes de vulnerabilidade da nossa economia em 2002: fiscal e externa. A vulnerabilidade externa foi resolvida, mercê dos polpidos saldos da balança comercial, que têm inclusive surpreendido ainda mais nos anos recentes, e dos fluxos de capitais até o início da década passada, que permitiram a acumulação de significativo colchão de reservas internacionais.

Já a vulnerabilidade fiscal piorou muito. O gráfico mostra a evolução do déficit primário, isto é, sem o pagamento de juros, e da dívida pública líquida. O déficit piorou bastante e a dívida pública está mais ou menos onde estava no ápice da crise de 2002. Mas, ao contrário de 2002, quando a dívida caiu rapidamente com o início do novo governo, ela está hoje em rápida elevação. E há o agravante da significativa rigidez orçamentária, que converte a execução orçamentária quase em mero repasse de recursos, sem que o governo possa imprimir prioridades. O investimento público atinge níveis baixíssimos.

O atual arcabouço fiscal prevê que este ano o déficit primário seja zerado, mas ninguém acredita que a equipe econômica conseguirá tal feito. A começar pelo Presidente da República, nenhum dos Poderes, em qualquer nível—federal, estadual ou municipal—parece convencido da necessidade de cortar gastos para evitar que a dívida pública siga em trajetória insustentável. Ou pelo menos, que seus próprios gastos, e não os demais, precisam ser

¹ Professor Titular, Departamento de Economia da PUC-Rio, Pesquisador Afiliado da MIT Sloan School of Management, Pesquisador Sênior do CNPq e Cientista Nosso Estado da FAPERJ, escreve mensalmente neste espaço. (<https://sites.google.com/view/mgpgarcia>).

² [https://pt.wikisource.org/wiki/Carta_ao_povo_brasileiro_\(22_de_junho_de_2002\)](https://pt.wikisource.org/wiki/Carta_ao_povo_brasileiro_(22_de_junho_de_2002)).

³ Na oposição ao plano Real, o PT esteve paradoxalmente acompanhado pelo FMI e pelo governo dos EUA, como relatou o ex-ministro Rubem Ricupero em recente entrevista ao Valor (14/6/2024): “no contexto exterior, o plano jamais encontrou compreensão e ajuda por parte do FMI, do governo norte-americano, de autoridades financeiras internacionais em geral.”

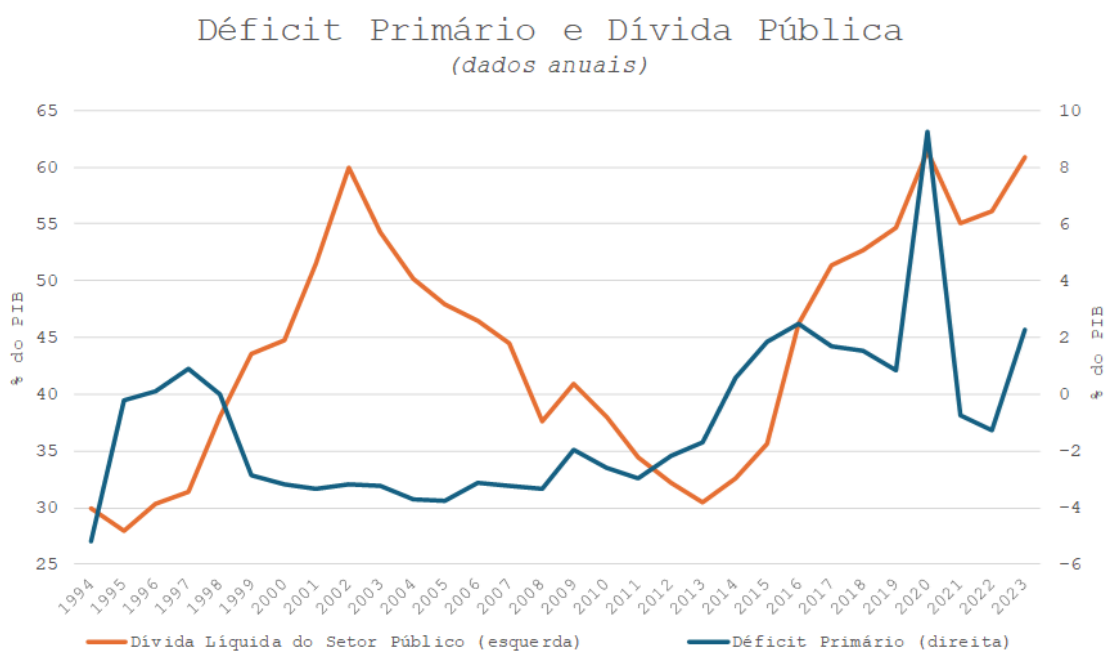
contidos. Aritmética simples mostra que, com as atuais regras, importantes setores do governo terão de começar a ser paralisados por falta de recursos.

Ideias ruins e velhas como a “redução das despesas financeiras do governo” voltam a ganhar corpo. Sem dúvida, as taxas de juros brasileiras são muito elevadas, ainda que menos do que já foram. Mas não há nenhuma indicação de que a inflação possa ser mantida próxima da meta com taxas mais baixas. Muito pelo contrário. Claro que, se a política fiscal fosse menos expansionista, isso muito ajudaria ao Banco Central a reduzir os juros. Mas, como se viu, não parece haver disposição para isso. Em bom português, “redução das despesas financeiras do governo” tem dois nomes: inflação ou calote. Nenhuma das duas alternativas é boa, nem para o crescimento, nem para os gastos sociais.

A nomeação do próximo presidente do BC será um indicador fundamental para se aferir a real disposição do governo em fazer cumprir o sistema de metas para inflação, que vem sendo bem-sucedido no país que 30 anos atrás livrou-se da hiperinflação.

Assim, vinte e dois anos depois, Lula está novamente em uma encruzilhada. Pode abraçar ainda com maior vigor as ideias populistas tradicionais do velho PT ou seguir o caminho mais duro que vem sendo defendido por sua equipe econômica. Pouco importa que o governo anterior tenha arrombado o cofre na vã tentativa de ganhar a eleição, e que não tenha feito muitas dos cortes de despesas que hoje muitos de seus partidários exigem do atual governo. Se a inflação alta voltar, isso será debitado na conta de Lula e do PT. E estará aberto o caminho para extrema direita voltar com maior força. Não há escapatória.

Mas, em contraste com 2002, na encruzilhada atual, Lula ainda não está à beira do abismo. Esperemos que não tome o caminho que leve a ele.



Fonte: Fabio Giambiagi a partir de dados do Banco Central.

Completaria hoje 85 anos Affonso Pastore. Tem feito muita falta.